

A EVOLUÇÃO DA EAD COM ALUNOS INDÍGENAS E SUA INCLUSÃO DIGITAL NA UNIGRAN

TCF3001

Fevereiro/2006

Solange Tieko Sakaguti
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS – UNIGRAN
solange@unigran.br

Pesquisa e Avaliação

Educação Universitária

Relatório de Pesquisa

RESUMO:

Esse artigo traz o relato da inclusão digital indígena no Brasil e, em especial, na UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados – e, ainda, apresenta dados estatísticos que mostram o “caminhar” da aprendizagem indígena nas disciplinas que foram e estão sendo oferecidas na modalidade semi-presencial, desde 2003, pela CEAD – Coordenadoria de Educação a Distância.

PALAVRAS-CHAVE:

1. Inclusão Digital Indígena; 2. Educação a Distância; 3. Aprendizagem Indígena.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo traz os resultados de um estudo de caso, que teve como objetivo analisar o processo de implantação de disciplinas em regime de dependência e adaptação, bem como de outras disciplinas das faculdades de Educação (Artes Visuais, Letras, Matemática e Pedagogia), na modalidade de educação a distância, com vistas a construir indicadores para avaliar a qualidade das mesmas, bem como a inclusão digital de alunos indígenas no Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), com vistas a construir indicadores para avaliar a qualidade das mesmas.

A pesquisa retrata o processo de implantação da educação a distância na UNIGRAN, uma vez que se constitui como fonte de interesse da pesquisadora, que participa desse processo e pretende proceder a uma avaliação de processo. Portanto, a finalidade da investigação implica em proporcionar uma reflexão crítica sobre o processo, de forma a possibilitar sua retro-alimentação.

2. A LOCALIZAÇÃO E A EAD

A UNIGRAN caracteriza-se como uma instituição privada em sentido estrito, conforme dispõe o Decreto Ministerial nº 3.860/2001, estando localizada em Dourados, no interior do estado de Mato Grosso do Sul, região Centro Oeste do Estado. Mais especificamente, distante a 220 Km de Campo Grande, a capital do estado, e 120 Km da fronteira com o Paraguai, em Pedro Juan Caballero.

A Reserva Indígena de Dourados-MS (RID), antes nominada Posto Indígena “Francisco Horta Barbosa”, está localizada na zona norte do município de Dourados. Conta com uma população, segundo Relatório da FUNASA, de, aproximadamente, 6.900 indígenas. Para a FUNAI de Dourados cerca de 10.000 indígenas habitam na Reserva, distribuídos em 3.539 hectares. Na aldeia Bororó destaca-se a presença maciça dos Guarani: Ñandevá e Kaiowá e no Jaguapirú, os Terena, uma pequena população da Guarani, além dos mestiços que se fazem presentes em ambas as aldeias (FUNAI, 2002).

Dourados é, em termos populacionais, o segundo maior município do estado, com 164.674 habitantes (IBGE, 2001), sendo caracterizado pela sua produção agropecuária. Destaca-se, ainda, que é o maior produtor agrícola do Estado, tendo atingido na última safra 268 mil toneladas de soja, além da produção de outros grãos e gado de corte (Dourados, 2004).

A RID, localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã – Posto Francisco Horta Barbosa –, foi criada pelo Decreto-lei nº 401, de 03/09/1917, e obedece a lei nº 6.001 – Art. 26, de 19 de dezembro de 1973 do Estatuto do Índio, contava em 2002, com uma população estimada em 9.500 índios, de acordo com a SEICTUR – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Centro Cultural Guateka. (FUNAI, 2002).

Essas características gerais do contexto em que está inserida a UNIGRAN torna o seu processo, de implantação de educação a distância, bastante interessante diante do contexto nacional. As suas particularidades geo-econômicas a torna um objeto singular, sobretudo por estabelecer rupturas com as características dos grandes centros educacionais que oferecem educação a distância. Em sua grande maioria, os cursos de educação a distância concentram-se no eixo sul – sudeste, onde o setor econômico é desenvolvido pelas indústrias e prestação de serviços, estando apenas de forma secundária vinculados à produção agrícola. Por essas características o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de qualificação profissional são bem maiores nas regiões sul e sudeste, trazendo como consequência uma concentração de computadores

residenciais e uma maior escolaridade da população (INEP, 2001), o que *a priori* facilitaria a implementação da educação a distância.

Tomando-se as instituições credenciadas para oferecer cursos de educação a distância, fica confirmado os dados anteriormente mencionados, o que demonstra uma maior aglomeração de instituições localizadas no eixo sul-sudeste, bem como a concentração de cursos de especialização *lato sensu* na região sudeste, o que permite inferir pela maior escolaridade e demanda por cursos a distância, de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO I

Instituições credenciadas para a oferta de educação a distância, na modalidade de cursos de Graduação, Especialização *lato sensu* e Seqüenciais, nos eixos Sul-Sudeste e Centro-Oeste-Norte-Nordeste.

Instituições Credenciadas	Cursos de Graduação		Cursos de Especialização <i>lato sensu</i>		Cursos Seqüenciais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Eixo sul-sudeste	16	61,5%	23	76,7%	3	60%
Eixo centro-oeste, norte e nordeste	10	38,5%	7	23,2%	2	40%

Fonte: dados de elaboração própria, a partir de dados do MEC/SESu

Especificamente, em Mato Grosso do Sul, há apenas duas Instituições que oferecem cursos na modalidade a distância, localizadas na capital do estado de Mato Grosso do Sul. Em Dourados há seis instituições de ensino superior, mas nenhuma está credenciada para a oferta dessa modalidade de curso de graduação. Destaca-se, porém, que a UNIGRAN, na data de 1º de abril de 2005 foi credenciada a oferecer cursos de Pós-Graduação a Distância, pela Portaria nº. 1.087.

Apesar de não termos ainda a autorização de oferta de cursos a distância para a graduação, procura-se descrever o cenário no qual está inserida a UNIGRAN e situar a presente pesquisa dentro do contexto em que foi desenvolvida, onde estão ausentes as bases materiais que serviriam de alavanca para os cursos de educação a distância. Assim, ressalta-se que o processo de implantação da modalidade a distância do regime de dependência e adaptação e, também, nos cursos anteriormente citados, engendrou o primeiro passo no sentido de propiciar a socialização de uma cultura de educação a distância no contexto local e institucional, constituindo-se como um mecanismo inovador.

Assim, a dificuldade de iniciar a implementação da educação a distância esbarra na resistência dos professores e coordenadores de cursos que apontam a questão da qualidade dos cursos de educação a distância como um fator a ser melhor explorado. Ainda existe o fator em que alunos indígenas teriam dificuldade significativa em se tratando de contato com o computador, componente fundamental no processo de ensino-aprendizagem de EAD. Segundo esses profissionais, coordenadores e professores, a educação a distância implica em fragilidade do processo de aprendizagem, o que induz uma baixa qualidade dos cursos desenvolvidos na modalidade de educação a distância.

Portanto, a presente pesquisa tem como foco estabelecer indicadores que dêem conta de avaliar a qualidade dos cursos de educação a distância implementados,

especificamente nas disciplinas oferecidas no regime regular, de dependência e adaptação e, ainda, a inclusão dos alunos indígenas no mundo digital.

Aponta-se que a expressão “regime de dependência” refere-se à oportunidade que a instituição oferece ao aluno, no regime seriado, de cursar até duas disciplinas em que foi reprovado, dando-lhe o direito de ser promovido à série seguinte, conforme disposto nos arts. 66 e 67 do Regimento da UNIGRAN. O termo “adaptação” diz respeito ao mecanismo destinado ao aluno transferido de outra instituição que ao ser enquadrado em uma série, pode cursar disciplinas em outras séries, dentro do limite máximo estabelecido.

3. INCLUSÃO DIGITAL INDÍGENA

Segundo Alvarez:

O CDI – Comitê para Democratização de Informática trabalha em comunidades de baixa renda e com instituições que atendam públicos com necessidades especiais, como [...] população indígena. O domínio das novas tecnologias abre oportunidades de trabalho e de geração de renda e possibilita o acesso a espaços de sociabilidade (ALVAREZ, 2004).

Nos dias atuais existem povos indígenas que vivem isolados na mata, que ainda não foram totalmente atingidos pela cultura de outras raças. Porém, existem aqueles que já tiveram um contato maior, e por ter a necessidade de enfrentar a mesma vida, de competir no mercado de trabalho e ser cobrado de conhecimentos, começa a colocar de lado seus costumes e tradições. Portanto, são levados a conhecer novas tecnologias, o que inclui a Internet, deixando, desta forma, um caminho aberto à inclusão digital para os índios.

Nos dias atuais existem povos indígenas que vivem isolados na mata, que ainda não foram totalmente atingidos pela cultura de outras raças. Porém, existem aqueles que já tiveram um contato maior, e por ter a necessidade de enfrentar a mesma vida, de competir no mercado de trabalho e ser cobrado de conhecimentos, começa a colocar de lado seus costumes e tradições. Essa realidade começa a acontecer em Dourados-MS:

Pobreza, falta de emprego, consumo de bebidas alcoólicas, evasão escolar, são problemas que estão deixando de fazer parte das aldeias indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Um projeto elaborado por acadêmicos e professores do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN vem sendo desenvolvido junto às aldeias indígenas e pretende beneficiar nove mil índios na Reserva de Dourados (FUNAI, 2001).

Os indígenas são levados, portanto, a conhecer novas tecnologias, o que inclui a Internet, deixando, dessa forma, um caminho aberto à inclusão digital.

Esse processo de inclusão é uma atividade difícil, pois foge das linhas tradicionais da cultura indígena. Não se pode esquecer que nasceram em tribos, onde a cultura não se assemelha com a dos “brancos” e, ainda, considerar que muitos deles são totalmente ignorantes na sua própria cultura.

É preciso estimular, entre outros, um maior engajamento de empresas no patrocínio de projetos de inclusão digital e uma maior sensibilização da sociedade civil brasileira na co-

responsabilidade da solução desses problemas. (ALVAREZ, 2004).

Baseando-se nessa realidade, a UNIGRAN, incorporou um processo de aprendizagem juntamente com a AMI – Amigo do Índio (ONG – Organização Não-Governamental) –, na tentativa de colocar a raça indígena no processo de inclusão digital. Atualmente, a AMI encontra-se na aldeia indígena Jaguapiru, que tem como sede o NAM – Núcleo de Atividades Multidisciplinares –, e conta com diversos cursos de aperfeiçoamento direcionado ao índio. Existem projetos em andamento como relata:

Após pesquisar durante dois anos os problemas e as aspirações das comunidades indígenas, a UNIGRAN está construindo na reserva dois núcleos para apoiar as comunidades indígenas – Núcleo de Atividades Múltiplas (NAM). Nos locais, os alunos e professores dos 16 cursos da universidade trabalharão projetos de extensão nas áreas de psicologia, fisioterapia, educação bilíngüe, ciências biológicas, direito, educação física, computação e administração de empresas e rural (FUNAI, 2001).

Dentre esses cursos podemos destacar um em especial: o de informática, que tem respaldo o laboratório de informática dentro do próprio NAM, cujo curso é monitorado, geralmente, por indígenas, colocando o índio no processo de inclusão digital. A UNIGRAN também disponibiliza cursos de informática tanto aos alunos indígenas como para os demais num projeto de extensão intitulado “Recém-Ingresso”. Como disse Cassiano, um dos alunos indígenas, “o computador é novidade para mim e eu estou aproveitando a oportunidade para me atualizar” (UNIGRAN, 2003).

2. DESCREVENDO A EXPERIÊNCIA

Em 2003, a UNIGRAN iniciou um projeto-piloto em que uma disciplina do regime de dependência passou a ser oferecida na modalidade semi-presencial. A disciplina em tela é Ciência Política, ligada ao Curso de Direito, contando com o envolvimento do professor-titular da disciplina e um monitor para o acompanhamento dos alunos matriculados, dos quais 3,5% eram alunos indígenas. As aulas foram ministradas tendo como apoio o ambiente de aprendizagem TelEduc, desenvolvido pelo Núcleo de Informática aplicada à Educação (NIED) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi estruturada uma aula presencial por mês, aos sábados. As provas bimestrais também foram realizadas de forma presencial.

Adotou-se a modalidade semi-presencial, por ser o conceito que melhor ilustra o desenvolvimento das atividades propostas, conforme expressão já corroborada por Moran (2003), salientada na transcrição a seguir:

Hoje temos a educação presencial, semi-presencial (parte presencial/parte virtual ou a distância) e educação a distância (ou virtual). A presencial é a dos cursos regulares, em qualquer nível, onde professores e alunos se encontram sempre num local físico, chamado sala de aula. É o ensino convencional. A semi-presencial acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologias. A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados

fisicamente no espaço e ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação (MORAN, 2003).

Para avaliar a qualidade da disciplina oferecida, tomou-se como referência os indicadores de qualidade constantes nos instrumentos de avaliação adotados pela Comissão de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), uma vez que há uma carência de instrumentos que tratem da avaliação da qualidade dos cursos superiores (SCHWARTZMAN, 1994), sobretudo na modalidade de EAD.

Esse documento consta no *site* do MEC, na Internet, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.mec.gov.br/sesu/fpt/formead.doc>>, tendo o seguinte título “Formulário de Verificação *in loco* das condições institucionais (para uso dos consultores *ad hoc* da SESu/MEC) – credenciamento de instituições para EAD e autorização de cursos superiores a distância”. Nesse documento são apontados os níveis para autorização de um curso na modalidade de EAD e credenciamento de instituições, identificados como: dimensões, categorias de análise, indicadores e aspectos a serem analisados. São cinco dimensões constantes nos instrumentos de avaliação do MEC: o contexto institucional, a organização didático-pedagógica, o corpo docente, as instalações gerais e específicas para EAD e dados sobre o curso de EAD. Sendo assim, adotou-se como pontos de referência os indicadores da quinta dimensão que tratam dos dados sobre o curso de EAD, uma vez que, em se tratando das outras dimensões, as disciplinas em regime de dependência tinham quesitos idênticos aos dos cursos presenciais. Portanto, as disciplinas em regime de dependência a distância, intrinsecamente, tinham a mesma qualidade presente nas disciplinas de dependência presencial.

3. AVALIANDO A QUALIDADE A PARTIR DE SEUS RESULTADOS

Procurando agregar dados quantitativos que pudessem contribuir na avaliação da disciplina Ciência Política, ofertada em Regime de Dependência, na modalidade a distância, construiu-se dados, comparando o rendimento que os alunos obtiveram no curso presencial, nos anos anteriores, e o rendimento que os alunos tiveram na modalidade a distância. O rendimento dos alunos foi obtido a partir dos dados de promoção, repetência e evasão. A comparação foi possível de ser realizada, uma vez que o mesmo professor responsável pela disciplina esteve envolvido nos dois momentos, ministrando aulas na disciplina no regime presencial, e no regime semi-presencial.

Os dados obtidos constam no Quadro 2:

QUADRO 2
Rendimento dos alunos na disciplina de Ciência Política, em regime de dependência, nas modalidades presencial e semi-presencial

Indicadores de rendimento	Modalidade Presencial	Modalidade Semi-Presencial	Indígenas na Modalidade Semi-Presencial ¹
PROMOÇÃO	74,8%	67,2%	100%
REPETÊNCIA	11,8%	10,4%	0%
DESISTÊNCIA	13,4%	22,4%	0%

¹ Percentual referente ao total de alunos indígenas que cursaram a disciplina.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela secretaria Acadêmica da UNIGRAN.

Em uma análise global observa-se que os alunos tiveram um rendimento bastante homogêneo em se tratando das modalidades a distância e semi-presencial, tendo uma variação inferior a 8,4%, em cada um dos indicadores. Na modalidade semi-presencial a porcentagem de alunos reprovados foi 1,4% menor. No entanto, a porcentagem de alunos aprovados foi na ordem de 7,6% menor.

Em relação aos alunos indígenas que cursaram a disciplina de Ciência Política no ano de 2003, na modalidade semi-presencial, o aproveitamento foi de 100%, o que indica um bom desempenho no processo de inclusão digital e na aprendizagem EAD.

Outro dado relacionado com a qualidade dos cursos de educação a distância que foi analisado refere-se à média das notas obtidas pelos alunos. Esses dados constam no quadro 3.

QUADRO 3

Média de notas obtidas pelos alunos aprovados na disciplina de Ciência Política, em regime de dependência, nas modalidades presencial e semi-presencial

Alunos Aprovados	Média Geral	Média dos Alunos Indígenas
Modalidade Presencial	5,9	
Modalidade Semi-Presencial	5,7	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela secretaria Acadêmica da UNIGRAN

Observa-se, com esse quadro, que a diferença na média das notas obtidas pelos alunos não chega a ser estatisticamente significativa, permitindo concluir pela boa qualidade da disciplina, em regime de dependência, na modalidade semi-presencial, uma vez que os resultados de rendimento dos alunos estão semelhantes, independentemente da modalidade presencial ou a distância. Entretanto, observa-se a brusca mudança de média dos alunos indígenas e levanta-se a seguinte questão: Qual o motivo do ótimo aproveitamento dos alunos indígenas na modalidade semi-presencial? Averiguando o caso, descobrimos que os alunos, indígenas ou não, interessam-se mais pela disciplina, pois o fato da mesma ser semi-presencial, apesar do conteúdo estar sendo colocado numa linguagem de EAD, não tinham o professor para detalhar o conteúdo, tendo o aluno somente o trabalho de ouvir. Relataram que nessa nova modalidade de ensino, estavam tendo que buscar conhecimentos por meio de livros, *sites* e até mesmo fazer constantes questionamentos para o professor (via *e-mail*) para que pudessem acompanhar as aulas.

A partir de 2004, o processo foi expandido para um número maior de disciplinas em regime de dependência e adaptação e disciplinas como Didática, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento II e Língua e Literatura Latinas, na modalidade semi-presencial, foram aumentadas nos cursos de Matemática, Pedagogia, Artes Visuais e Letras, respectivamente, com a anuência de professores e coordenadores que, após a avaliação desse processo, estavam mais suscetíveis a acatar a educação a distância, embora ainda vista como um projeto em experiência.

Constatou-se que em 2004, segundo dados fornecidos pela secretaria da UNIGRAN, apenas 11% dos alunos indígenas que estavam fazendo as disciplinas de EAD reprovaram, comprovando, dessa forma, a boa aceitação dos alunos para a modalidade a distância e a inclusão digital. Ainda, em 2004, a UNIGRAN graduou a

maior quantidade de alunos indígenas no Brasil, totalizando 13 índios num único ano, sendo as formações nos cursos de Pedagogia, Letras, Biologia, Biomedicina, Educação Física, Administração do Agronegócio e em Direito (UNIGRAN, 2005).

Em 2005, trabalha-se com as disciplinas de Língua Portuguesa I, Linguagem e Expressão, Linguagem e Argumentação, Produção de Texto, Didática, Metodologia das Ciências, História da Matemática e Filosofia das Ciências, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia Aplicada à Educação, Matemática Financeira, Introdução ao Estudo do Direito, Ciência Política e Teoria Geral I e II, Direito Civil I, Bioquímica, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Expandimos nossa oferta de disciplinas e, além das anteriormente citadas, temos Práticas de Leitura e Produção Textual II, Física, Estatística, Aplicativos Gráficos e em Artes Visuais e Organização da Educação Brasileira. Conta-se, hoje, com 61 alunos indígenas.

Contribui-se, desse modo, com a socialização do índio. Conforme a Revista do Professor Nova Escola, a Educação Indígena, atualmente, conta com 2,298 escolas indígenas no Brasil, tendo 149.170 alunos matriculados. 88% dos professores indígenas são índios, 320 professores fazem curso superior específico em educação indígena e 100 professores têm formação superior em diversas áreas (NOVA ESCOLA, 2005).

Por outro lado, Gersem Baniwa, secretário executivo do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, afirmou que de acordo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), apenas um terço da população indígena tem acesso à educação. A maioria dos estudantes indígenas está na educação fundamental que atende a 80% dos alunos que freqüentam a escola. 70% das escolas indígenas só têm de 1ª a 4ª série do ensino fundamental I. Já existe a ampliação para os ensinos fundamental II e médio (NOTA 10, 2005).

Enfim, destaca-se que o processo de implantação e avaliação da educação a distância nas disciplinas na modalidade semi-presencial, foi um passo importante na criação de uma cultura institucional de educação a distância, conforme explicita Gramsci (1995):

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1995, p. 13).

4. CONCLUSÃO

O contexto social está em constante transformação e a comunidade indígena começa a se adequar às tecnologias educacionais como TV, computadores, Internet e, ainda, educação a distância, disseminando as culturas, principalmente a cultura indígena que, antigamente, era mais reservada.

Verifica-se, assim, a necessidade de introduzir tecnologias educacionais na sociedade educacional, principalmente o domínio do computador que hoje se torna o mais novo integrante do nosso dia-a-dia em todas as faixas etárias existentes. Hoje os materiais didáticos são oferecidos, em sua maioria, em *sites* da Internet, onde o usuário tem uma gama de artigos, trabalhos de graduação, mestrado e doutorado à disposição, sem levar em conta os *sites* pedagógicos que auxiliam os professores no processo ensino-aprendizagem do aluno.

Constata-se que a UNIGRAN vem procurando estabelecer o índio na sociedade, bem como oferecer infra-estrutura física para que ele possa ser incluído nas

novas tecnologias e fazer parte delas, obtendo, então, resultados satisfatórios conforme se observa na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1]ALVAREZ, Rodrigo. CDI amplia parcerias em prol da inclusão digital. In: **Associação Brasileira de Ações Não-Governamentais**. Uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável. Disponível em: <http://www.abong.org.br/novosite/publicacoes/informes_pag.asp?cdm=1922>. Acesso realizado: 15/11/2004.
- [2]AMI – AMIGO DO ÍNDIO. Dados estatísticos. Dourados: NAN, 2004.
- [3]BRASIL. **Decreto Ministerial nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. MEC. Brasília. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/decreto/DecN3860.doc>>. Consulta realizada em 14 de setembro de 2002.
- [4]BRASIL. **Dicionário de Indicadores Educacionais: fórmulas para cálculo**. Brasília: MEC/INEP, 2004.
DOURADOS. **Capital do Mercosul**. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/dadosgerais.economia.php>>. Consulta realizada em 07 de fevereiro de 2004.
- [5]DOURADOS. **Capital do Mercosul**. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/dadosgerais.economia.php>. Consulta realizada em: 07 de fevereiro de 2004.
- [6]FLETCHER, Philip. Propósitos da avaliação educacional: uma análise das alternativas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p. 93 – 112, jan. – jun. 1995.
- [7]FUNAI. **Universidade desenvolve projeto para comunidade indígena**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/1_ semestre_2001/maio/un0510.htm. Acesso realizado em: 15/10/2003.
- [8]FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **O índio hoje**. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/indios>>. Acesso em: 28 maio 2002.
- [9]GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- [10]IBGE. **Censo da população – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Consulta realizada em 15 de outubro de 2003.
- [11]INEP. **Geografia da Educação Brasileira – 2001**. Brasília. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/geografia/geografia_2001.htm>. Consulta realizada em 12 de setembro de 2003.

[12]MATO GROSSO DO SUL. **Perfil MS**. Campo Grande. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br>>. Consulta realizada em 27 de agosto de 2003.

[13]MORAN, José Manuel. **O que é Educação a Distância?** São Paulo: USP. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Visitado em: 20 de setembro de 2003.

[14]NOTA 10. **Prefeituras ainda desconhecem legislação sobre educação indígena**. Disponível em: <http://www.nota10.com.br>. Acesso realizado em: 03/05/2005.

[15]Revista Nova Escola. **Educação Indígena**. Fonte: Coordenação Geral de Educação Indígena e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC). Maio de 2005.

[16]UNIGRAN. **Alunos indígenas do cursinho da AmI sentem-se seguros para os vestibulares**. Disponível em: <<http://www.socigran.br/uninoticia.php?cod=1010>>. Consulta realizada em 30 de dezembro de 2003.

[17]UNIGRAN. **Fluxo de Caixa**. Dourados: AJU, 2004 (mimeo).

[18]UNIGRAN. **UNIGRAN gradua maior turma de índios do país no ensino superior**. Disponível em: <http://www.unigran.br/uninoticia.php?cod=1474>. Acesso realizado em: 30/03/2005.